
A Revolução de Abril recriada pela imprensa internacional. Personagens, cenários e património ideológico-cultural dos enunciadores: um estudo de caso

The April Revolution recreated by the international press. Characters, scenarios and ideological-cultural heritage of enunciators: a case study

Marco Gomes

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/cp/1159>
DOI: 10.4000/cp.1159
ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Refêrencia eletrónica

Marco Gomes, « A Revolução de Abril recriada pela imprensa internacional. Personagens, cenários e património ideológico-cultural dos enunciadores: um estudo de caso », *Comunicação Pública* [Online], Vol.11 nº 20 | 2016, posto online no dia 30 junho 2016, consultado o 05 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cp/1159> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cp.1159>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 setembro 2020.



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A Revolução de Abril recriada pela imprensa internacional.

Personagens, cenários e património ideológico-cultural dos enunciadore

The April Revolution recreated by the international press. Characters, scenarios and ideological-cultural heritage of enunciators: a case study

Marco Gomes

NOTA DO EDITOR

Recebido: 19 Janeiro 2016

Aceite para publicação: 5 Maio 2016

Introdução

Esta reflexão tem como objeto de estudo a cobertura jornalística da imprensa italiana sobre a Revolução de Abril e pretende identificar o conjunto de *generalizações históricas* (Said, 1979) construídas a respeito dos acontecimentos portugueses. Não interessa distinguir ou inventariar as posições de um, dois, três ou quatro jornalistas, nem saber se diferentes órgãos de comunicação divergem em relação a determinadas questões. Contrariamente, importa, por um lado, estudar os denominadores comuns que unem textos de diferentes jornais sobre os cenários da narrativa revolucionária, as características atribuídas às personagens e os paralelismos históricos estabelecidos, e,

por outro, analisar a influência do património ideológico-cultural dos enunciadores no âmbito dos enquadramentos disseminados.

À semelhança de Mesquita e Rebelo (1994), este ângulo de abordagem (cenários, paralelismos e personagens) constitui um dos elementos inovadores que o trabalho apresenta em relação ao (ainda) reduzido conjunto de estudos dedicados à releitura da Revolução de Abril na imprensa internacional (Maxwell, 1983; Rodrigues, 2007; Silva, 2012; Vieira e Mónico, 2014; Luís, 2015). Outro fator complementar reside no facto de haver interesse em desconstruir determinadas perspetivas do mundo social e em relacionar estas com o património ideológico-cultural dos articulistas italianos. Depois, abarca-se a totalidade dos cerca de 25 meses que medeiam a tentativa de golpe de Estado de 16 de março de 1974 e o dia que assinala a aprovação da Constituição da República Portuguesa, 2 de abril de 1976¹.

Recorre-se à noção de discurso que Michel Foucault deslinda em *A Arqueologia do Saber* (2005 [1969]) e *A ordem do discurso* (1997 [1971]), no sentido de se tratar as imagens dominantes dimanadas dos vários textos, de diferentes autores, na perspetiva de um edifício dotado de uma corpulência e uma consistência próprias. Por outras palavras, procura-se analisar essas imagens como uma realidade material, sintática e semântica, constitutiva de um determinado discurso. Esta estratégia metodológica é profundamente devedora da obra de Edward Said e, mais especificamente, da abordagem que o autor leva a cabo em *Orientalismo*.

A pesquisa² centra-se nos três mais importantes jornais de *referência* italianos em meados da década de 70 – *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero* –, a partir dos quais se extraíram 627 unidades de redação. Esta amostra, compilada no âmbito da totalidade do período cronológico em apreço (16 de março de 1975 a 2 de abril de 1976), inclui as reportagens dos enviados especiais (461 peças) e os géneros de opinião (166) – notícia comentada, artigo, nota política, crónica, editorial e perfil. Optou-se por estudar, apenas, os textos assinados. A análise de discurso é o método utilizado enquanto meio adequado para desconstruir enunciados e relacioná-los com uma determinada linha discursiva. O jornalismo é aqui visto como um espaço de produção e circulação de sentidos, manifestados através da linguagem, que se sabe ser influenciada por idiomas, culturas, ideologias e imaginários (Benetti, 2007: 108-109).

O enquadramento geral da Revolução de Abril disseminado para o leitor italiano pode-se explicar, simbolicamente, através do trilogia poética de Dante Alighieri. Mesmo não respeitando a sugestiva sequência da *Divina Comédia*, o *Paraíso* corresponde ao período que vai desde a queda do Estado Novo até meados de maio de 1974. Depois, caminha-se progressivamente para o *Inferno*. Primeiro sob a condução, *inimiga* mas talvez mais tolerada, de António de Spínola (democracia musculada, autoritarismo), e posteriormente, de forma mais abrupta, nefasta e intolerada, sob a égide dos (designados) militares radicais-marxistas. O auge do *Inferno* situa-se em julho e agosto do *Verão Quente*.

A partir do dia 25 de agosto de 1975 começam-se a criar condições para encetar, na opinião da voz externa, o *obrigatório* e *necessário* trajeto rumo ao *Purgatório*. O ponto central ocorre com a tentativa de golpe de 25 de novembro, considerada o momento que assinala a *purificação* da transição para a democracia. Ou seja: procede-se à eliminação das franjas vermelhas e à criação de condições tendentes a guiar Portugal rumo aos valores europeus e às sociedades democráticas pluralistas.

O património ideológico-cultural dos enunciadores emerge como um discurso dotado de matéria e referentes (ocidentais, europeus, italianos, valores democráticos), do qual deriva uma posição de *proximidade* (Said, 1979) que os relaciona com os atores e os cenários dos seus próprios textos. Por um lado, esta *proximidade* manifesta-se no horizonte da idiosincrasia comungada (europeus, latinos), e, por outro, transforma-se numa espécie de autoridade democrática. Isto é: a maior parte dos articulistas emite juízos enleados numa legitimidade derivada de uma posição diferenciadora, materializada num *Nós* italianos e no *Outro* português. O *Nós* remete para uma adesão aos valores democráticos e às liberdades civis num tempo anterior ao do sujeito (português) com o qual se interage.

É dessa maior experiência de viver e cultivar os valores e as liberdades democráticas que decorre a autoridade democrática, embora não no sentido da parábola que Marx (1851 [1852-1975]: 43) dedicou a Luís Bonaparte, onde diz que “não conseguem representar-se a si mesmos, têm de ser representados”. Não se trata de representar o *Outro*, mas antes de depositar expectativas de que esse integre um mundo social e cultural partilhado por ambos os sujeitos (ocidentais, europeus, latinos), o *Nós* e o *Outro*, o que não é mais do que a tal relação/posição de *proximidade* evidenciada pelos enunciadores.

Esta relação de *proximidade* coabita, por sua vez, com a posição de *exterioridade* (Said, 1979), que permite, também, aos enunciadores aconselhar o *Outro* português, constatando, criticando, desaprovando, aquiescendo ou oferecendo ajuda em troca de contrapartidas políticas, democráticas (construção do projeto europeu). O resultado primeiro desta *exterioridade* são os paralelismos históricos e as descrições das personagens e da realidade político-social. Trata-se, no fundo, das representações sociais, que se devem considerar em função das figuras de estilo, do cenário, do estilo da narrativa e dos contextos histórico-sociais.

Cumprе salientar que a autoridade democrática sinalizada define, por longo período, o curso dos acontecimentos portugueses como um discurso contrário ao seu, ameaçador, animado por militares autoritários, antidemocráticos, idealistas e movidos por infantilismo político. Consiste, deste modo, numa posição diferenciadora que perspetiva e avalia o Partido Comunista Português (PCP) em função da matriz reformista e das conceções teóricas do Partido Comunista Italiano. Essa perspetiva identifica o partido de Álvaro Cunhal e os oficiais progressistas do Movimento das Forças Armadas (MFA) como o principal obstáculo (o *inimigo*) à via democrática pluralista que Portugal deveria percorrer para se juntar à família europeia.

1. Critérios de noticiabilidade

Os acontecimentos portugueses alcançaram uma exposição pública internacionalmente relevante, apresentando altos níveis de incidência em diversos critérios de noticiabilidade. De acordo com os valores-notícia recenseados por vários autores (Galtung e Ruge, 1965; Chaparro, 1994; Wolf, 2001), o processo revolucionário desencadeado após a queda do Estado Novo desenvolve-se com base em modelos que se podem definir como novelescos ou de folhetim. Caracteriza-se, neste sentido, por dezenas de episódios, no contexto do mesmo enredo histórico, reveladores de forte interesse público, devido, por exemplo, à *proximidade* geográfica, cultural (latinos, europeus) e, deseja-se, política (esperança de que o país adote um sistema político

baseado nas democracias parlamentares de tipo ocidental e permaneça como membro da Aliança Atlântica).

O investimento na *rede de captura* (enviados especiais, correspondentes) constitui um sinal de que os episódios-notícia se adequam ao ritmo de trabalho das organizações jornalísticas (*frequência*), denotando elevado impacto no espaço público e envolvendo, frequentemente, um número significativo de personagens (*intensidade* e *amplitude*). Mesmo se a *clareza* foi um elemento raramente associado aos acontecimentos portugueses, importa sublinhar que esses, pela matriz novelesca e imprevisível (*inesperado*), facilitam a criação de uma imagem pré-mental em conformidade com as expectativas dos jornalistas, motivando prognósticos e previsões sobre a trama da revolução (*consonância com as expectativas*). O caráter novelesco estabelece, ainda, uma relação duradoura com a agenda mediática, na medida em que assuntos já noticiados suscitam análises ulteriores em função de acontecimentos complementares (*continuidade e desenvolvimentos supletivos*).

O setor de informação e os campos político e social em Itália apropriam várias questões suscitadas pelo curso revolucionário em Portugal, fator que favorece a introdução de assuntos tematicamente enquadrados (*composição*) no âmbito dos noticiários italianos (imprensa, rádio, televisão). Essa apropriação deriva do clima eleitoral e de forte peleja política em Itália, sobretudo entre março e junho de 1975. Não poucas temáticas oriundas da Península Ibérica (perigo comunista, territórios africanos) colocam em confronto as duas principais potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética), os seus representantes políticos e a maior parte dos países e dos líderes europeus (*envolvimento de nações e pessoas de elite*).

Depois, a Revolução de Abril, mesmo não promovendo nenhum líder incontestável, evolui em redor de personagens em nada indiferentes aos *media* italianos. Uns são militares diferentes, exóticos (Otelo, Melo Antunes), outros são políticos que importa defender (Mário Soares) e atacar (Álvaro Cunhal). Spínola, Vasco Gonçalves, Otelo, Costa Gomes, Melo Antunes, Mário Soares e Álvaro Cunhal são figuras sobre as quais se publicam dezenas de entrevistas, perfis e artigos de opinião e em relação às quais se analisam as características pessoais e os percursos políticos (*personificação*).

Não faltam elementos para a construção de uma interessante história em qualquer sistema mediático. A *negatividade* está presente, uma vez que Portugal é visto, durante vários meses, como um exemplo de uma transição para a democracia falhada ou com fortes possibilidades de o ser (regime militar marxista, democracia popular, democracia direta).

A *polémica* adquire invulgares dimensões, porque os acontecimentos portugueses são continuamente instrumentalizados em Itália, no contexto de um inflamado combate político (eleições *regionais* em 1975 e *legislativas* em 1976): a Democracia Cristã procura passar a ideia de que o PCI e PCP são iguais, existindo apenas um único e nefasto comunismo, ao passo que os comunistas italianos se esforçam, frequentemente, por se distanciar dos homólogos portugueses. A *dramaticidade* salta para as páginas impressas quando se assiste, por exemplo, a tentativas de golpes militares (11 de março e 25 de novembro), ao processo de descolonização e à anarquia e à violência anticomunista do *Verão Quente* (país próximo da guerra civil).

O *conflito* é outra das linhas que costuram a narrativa revolucionária, caracterizado pelo combate entre, de um lado, os militares e os partidos de vocação comunista e as suas bases de apoio, e, do outro, as forças políticas não comunistas e respetivos

correligionários. O choque de posições e de ideais percorre todo o edifício social: do corpo militar (fratura entre conservadores, filocomunistas, populistas e moderados) aos partidos políticos (PS vs PCP), das massas populares (conservadoras, católicas vs comunistas, progressistas) ao confronto, em determinada altura, entre as forças políticas da sociedade civil (PS, PPD e CDS) e aquelas da sociedade militar (setores comunistas e progressistas do MFA).

Todos estes critérios modelam a hierarquia noticiosa italiana, focando, em determinados momentos, a atenção do auditório na *questão portuguesa* e contribuindo para disseminar um enquadramento construído do mundo social (teoria do agendamento). O envolvimento dos enviados especiais no acontecimento é, como se verá de seguida, notório, pelo que não enjeitam a oportunidade de interpretar e de encontrar explicações para a realidade observada.

Os órgãos de informação deslocam alguns dos mais reputados enviados especiais italianos, como Sandro Viola ou Bernardo Valli. O editorial é utilizado quer como instrumento de aproximação à situação portuguesa, surgindo em momentos de acentuadas crises políticas ou de acontecimentos simbólicos (eleições de 1975), quer para comentar as repercussões em Itália das temáticas dimanadas da revolução. Cumpre, deste modo, a sua função de voz do jornal, enquanto sede de opiniões “habitualmente formuladas para servirem como base avaliativa para um ato de fala como o de aconselhar, recomendar ou avisar” (van Dijk, 2005: 220).

2. Personagens, cenários e paralelismos históricos

A narrativa mediática sobre a Revolução de Abril constrói o “enigmático” Costa Gomes, o “fugoso” Otelo, o “atormentado” Vasco Gonçalves ou um general Spínola que traz à memória o ator Erich von Stroheim. Empenha-se em reportar ambientes de críspação, violência ou regozijo, como faz Paolo Bugiatti (*Corriere della Sera*, 03/05/1975: 22) no contexto da Festa do 1.º de Maio de 1974. O enviado do *Corriere della Sera* fala de flores nos canos das espingardas, flores nos cabelos das mulheres, flores nas lapelas dos homens, flores no mobiliário urbano, nos automóveis, nos carros armados, nos monumentos. Afirma que a Festa não é uma manifestação de multidões; antes um “delírio público”, pontuado por gritos, sons e cânticos, onde 500 mil pessoas revelam admirável disciplina e regras de civismo, respeitando até os semáforos vermelhos. Concluindo: “500 mil bêbados de liberdade”.

A construção de cenários encontra-se, amiúde, secundada por fórmulas interpretativas que estabelecem relações entre os ambientes e as personagens. Na sequência dos acontecimentos de 11 de março, Bernardo Valli (*Corriere della Sera*, 16/03/1975: 1-2) refere que quem está, legitimamente, convicto de que irá encontrar Lisboa em estado de alvoroço e explosiva agitação engana-se, e fica desiludido:

Os portugueses têm um grande mérito: levantam raramente a voz anunciando decisões que noutros lugares seriam bramidas nas ruas. O temperamento conta em política. (...) O resultado é civil, humano.

Eis, portanto, uma conjuntura descrita como “dramática”, vivida pelos militares, segundo Valli (*Corriere della Sera*, 16/03/1975: 1-2), com “olhares e sussurros angustiantes, mas silenciosos”. A avaliar pelas descrições dos ambientes e pela construção, pela posição e pela função das personagens, não se afigura ocioso constatar

que os articulistas italianos encontram em Portugal um terreno fecundo para costurar a narrativa revolucionária e desenvolver sequências analógicas e paralelismos históricos.

2.1. Os jovens turcos, o *gentiluomo* e o *mostro lusitano*

As tentativas de explicar o que sucede em Portugal através de outras experiências fraturantes começam quando se procura fazer o balanço dos acontecimentos de 16 de março de 1974. Os paralelismos históricos percorrem países como a Turquia, a França, a Argélia, a Itália, o Chile ou o Vietname. Segundo os articulistas, a questão colonial representa um grande trauma para Portugal, comparável àquele da França quando De Gaulle renunciou à guerra da Argélia. É um trauma agravado pela tipologia da guerra, de guerrilha, que o exército norte-americano demonstrou, no Vietname, não ser possível vencer. A sensação de combater uma guerra errada não é, afinal, um excepcional sentimento desenvolvido pelos jovens oficiais portugueses, tendo-se verificado a mesma situação – escrevem – com os exércitos italiano (erradamente posicionado ao lado do alemão), francês (Argélia) e norte-americano (Vietname).

A decisão de António de Spínola de não se alinhar com os promotores da rebelião é considerada uma forma de lealdade ao governo. O *Corriere della Sera* (20/03/1974: 19) nota que o general evitou as irresponsáveis atitudes do chileno Pinochet, poupando o país a uma guerra civil e comportando-se como um “homem de honra”. Spínola é, aliás, a primeira personagem sobre quem incidem exaustivas descrições tendentes a elaborar um retrato: herói nacional com raízes na Península Itálica (Ligúria e Piemonte); vida recatada e casa modesta, apesar de pertencer a famílias abastadas. É o general rebelde, homem corajoso, clássico intérprete do *gentiluomo* com prestígio insuperável, muito conhecido nos ambientes dos concursos hípicas internacionais. O militar do monóculo e das luvas brancas ganha reputação mesmo entre os guerrilheiros inimigos, sendo-lhe atribuída uma longa carreira colonial não privada de atrocidades contra as populações locais (aldeias queimadas, populações deslocadas para locais que se assemelhavam a campos de concentração).

As referências a Lisboa, antes do 25 de Abril de 1974, não apresentam grandes laivos de entusiasmo, tratando-se daquela cidade periférica, pálida, que acolhe o espetáculo dos homens mutilados devido às minas antipessoais. Roberto Tralli escreve em *La Stampa* (17/03/1974: 1-2): “As pessoas olham-nos, e nos seus olhos apenas se vê uma desesperada desolação de quem sabe ter feito um sacrifício inútil”.

Genericamente, Portugal corresponde à imagem de uma potência repressiva e anti-histórica, bem ao estilo do *mostro lusitano* do drama teatral de Peter Weiss – o irmão mais atrasado da família europeia ocidental, porque continua a explorar as populações africanas e a perseguir o sonho imperial. Nas palavras de Sandro Viola (*La Stampa*, 27/03/1974: 16), não é realístico pensar em protestos contra a guerra colonial, na medida em que o sentimento de perda desses longínquos territórios suscita uma vaga angústia. Um Portugal confinado às fronteiras ibéricas está, segundo Viola, “forçado a olhar-se ao espelho sem mais desculpas, sem a justificação de se encontrar imerso, contra a própria vontade, na doente aventura colonial”.

2.2. Soares, Cunhal, os militares diferentes e o *happening* libertário

A queda do Estado Novo faz emergir três personagens em redor das quais a objetiva jornalística foca a atenção: António de Spínola, Mário Soares e Álvaro Cunhal. No caso do general, trata-se mais de aprofundar as características do principal protagonista da história, neste momento, do que introduzir um ator novo. Eis um militar conservador, provido de sentido político, realista, hábil, inteligente, moralmente vertical, adepto da ordem, duro, elegante e rico. Por diversas ocasiões, a imprensa italiana afirma que é o De Gaulle ou o Dayan português, colocando-se, também, a hipótese de vir a seguir os caminhos preconizados por Velasco Alvarado, Muhammad Naguib ou Kemal Atatürk.

As referências ao secretário-geral dos socialistas centram-se nas qualidades pessoais, apresentando Soares como aquele semblante arredondado que esconde um rosto insuspeitável, brilhante advogado, estudioso de Direito, um dos mais notáveis adversários do regime e um ponto de referência para a oposição. De advogado conservou o gosto pela dialética sóbria e eficaz. Do militantismo socialista adquiriu a arte das palavras simples, fáceis de perceber para um povo que por meio século contou apenas com a voz da ditadura. Mário Soares reúne juízos que o definem como socialista iluminado, moderado, lúcido, com visão política, corajoso – o único intérprete, em Portugal, dos valores da esquerda socialista europeia e o mais moderno dos homens políticos. O seu regresso do exílio é descrito como um dos mais comoventes episódios da Primavera portuguesa.

O momento do regresso de Álvaro Cunhal é reportado com acuidade, como se alguém simultaneamente misterioso e interessante tivesse desembarcado em Lisboa. Enfatizam-se as características físicas, o cabelo grisalho, a face cansada, tensa, envelhecida e contraída. Estes aspetos são logo associados à sua experiência de vida, marcada por longas repressões. Espera-o uma multidão compacta, constituída em grande parte por velhos militantes e operários que o saúdam de punho fechado, desfraldando bandeiras com a foice e o martelo, concebidas apressadamente e com pouco jeito, referem os enviados especiais. Até ao início da campanha eleitoral, momento em que o discurso jornalístico italiano endurece em relação à figura de Cunhal, as considerações sobre o secretário-geral comunista podem resumir-se à seguinte frase: o mais fiel discípulo ocidental do Kremlin.

Já sobre os oficiais de Abril recai, depois da demissão de Spínola, o epíteto de ala radical *nasseriana*, os percursores de um regime de tipo peruano e de uma ditadura de esquerda. Quando os articulistas procuram deslindar o carácter e o percurso desses oficiais, as comparações com os generais brasileiros e peruanos surgem com naturalidade. Constatam que os militares sul-americanos provinham da academia, onde frequentavam cursos de sociologia e ciência política. Mas os portugueses são diferentes. Mesmo promovidos a generais em pouco tempo, devem a sua formação aos anos que passaram nas selvas das colónias. É um exército largamente composto por elementos provenientes da sociedade civil – os milicianos formados primeiro nas universidades e posteriormente nos quartéis tropicais. Este fator diferenciador (qualificações e estatuto militar) é vislumbrado como um elemento que não permite aos militares portugueses possuir condições para governar e resolver as grandes questões políticas, sociais e económicas que se apresentam ao Portugal novo.

É inegável que o modelo dos militares portugueses suscita curiosidade. Como o estilo manuelino, específico da lusitanidade dos navegadores, não sendo gótico, pré-barroco

ou renascentista, também os oficiais apresentam traços peculiares da sociedade portuguesa, assentando os seus olhares sobre vastos horizontes, sobre projeções seculares e exóticas em direção a África e ao Brasil. Afinal, como refere Bernardo Valli (*Corriere della Sera*, 16/03/1975: 3),

a lusitanidade não constitui apenas uma ideia retórica do salazarismo, como a romanidade para o fascismo italiano, antes uma das principais componentes históricas da vida nacional precedente à ditadura.

Os militares de Abril, segundo a voz italiana, pensam numa lusitanidade atualizada, integradora daquele Terceiro Mundo que os derrotara na África Austral. Eles próprios denotam influências africanas e latino-americanas, mais que europeias.

Não se afigura, de facto, trabalhoso coligir os fragmentos que, para a imprensa italiana, enformam a imagem sobre estas personagens. Foi nas selvas de África que conheceram qualquer coisa de dinâmico, diferente dos princípios tirânicos estado-novistas. O rancor do presente é fruto da experiência do passado e os seus inspiradores ideológicos não são os homens da esquerda ocidental nem do comunismo oriental, mas sim Amílcar Cabral e Agostinho Neto. Através dos patriotas africanos encontram, depois, Che Guevara, Marx, o Maio de 68 francês, a revolução chinesa e a revolução de Outubro de 1917. Recorrendo ao discurso metanarrativo, os enviados especiais não têm dificuldade em sustentar esse ponto de vista. Os testemunhos dos militares portugueses assim o confirmam:

Durante anos, com a minha unidade de fuzileiros, em vez de disparar sobre os nossos inimigos, discutia na floresta. Ao regressar à base, fazia relatórios falsos (citado por *Corriere della Sera*, 16/03/1975: 3).

As Forças Armadas transformaram-se, por longo período, no único espaço onde se podiam debater problemas e estudar projetos que, de outra forma, atrairiam a atenção da polícia política.

Todas estas representações da alteridade ganham ainda mais consistência porque os militares – referem os articulistas – não dormem, passam longas horas em reuniões, falam amiúde como seminaristas e apresentam as fardas amarfanhadas pelas noites passadas em branco ou pelos breves sonos nos sofás dos ministérios. Alguns até apresentam cabelos longos; outros exibem barbas remexidas pelo vento salgado do Atlântico. Dos seus bolsos despontam jornais da esquerda francesa, textos económicos e marxistas. São militares diferentes, porque choram, como relata Bernardo Valli (*Corriere della Sera*, 25/03/1975: 3):

Falei com um oficial que chora, que diz ter descoberto, em África, pertencer ao terceiro mundo. Afirmo que ao entrar em Portugal teve essa confirmação quando viu a miséria dos campos. Este oficial chora, para um paraquedista é uma situação insólita, as lágrimas escorrem-lhe sobre a cara. Regressa agora das campanhas de dinamização cultural.

Os cenários e os paralelismos históricos veiculados nos primeiros meses pós-25 de Abril remetem, grosso modo, para as seguintes fórmulas: as colónias africanas podem transformar-se num Vietname ou sofrer secessões territoriais segundo o modelo congolês ou do Biafra; a conjuntura política é avaliada em função da experiência chilena; a população portuguesa vive um *happening* libertário. Se a situação nos territórios ultramarinos convoca, sempre, a analogia com outras experiências passadas, designadamente o Vietname (tipologia do conflito) ou a Argélia (descolonização francesa), o mesmo se pode dizer em relação à evolução da conjuntura política em Portugal continental. Os acontecimentos do Chile de 1973 constituem uma bússola

analítica municidora de sequências analógicas e comparações, quer do ponto de vista dos elementos contrarrevolucionários, quer do dos instrumentos de luta ao dispor das classes trabalhadoras ou das realidades socioeconómicas.

Impera, por outro lado, a imagem de um povo que experiencia uma libertação coletiva, uma euforia popular que se difunde no ar como um contágio doce, pautada pela necessidade de comunicar com o *Outro*. É o soldado com um cravo na boca da espingarda, é um taxista torturado pela polícia política que mostra os sinais da violência com o orgulho da dignidade recuperada, são as bandeiras, as músicas, os *slogans*, os murais, o porteiro do hotel que já fala de política, tal como o taxista ou o funcionário do restaurante.

O *happening* libertário metamorfoseia-se, progressivamente, em manifestações, em reivindicações e, por altura do 28 de setembro de 1974, em tensão. Alegria, mobilização e tensão – eis três vocábulos que podem definir o cenário dinâmico através do qual evoluem a trama histórica, os episódios, o esqueleto da narrativa que norteia os cerca de 20 meses de Revolução de Abril. A estes substantivos juntam-se, depois, outros dois: violência e anarquia. A violência das tentativas de golpe de 11 de março e 25 de novembro, a anarquia e a violência do *Verão Quente* em cidades como Alcobaça, Braga, Leiria e, entre outras, Famalicão.

Trata-se de um cenário caracterizado por movimento, com alteração de estados de espírito e comportamentos, resgatado por uma criação sígnica que atinge diversas plataformas expressivas – verbal, iconográfica, cinésica, proxémica e objetual (Camilo, 2004). Portanto, pouco condizente com aquele país fechado sobre si mesmo, sem palavras e cores. É este o aspeto mais marcante na comparação de dois tempos antagónicos, o antes e o depois de 25 de Abril, colocando-os nos antípodas da convivência e do pulsar quotidiano. A imprensa é um dos suportes através do qual os jornalistas italianos mais assinalam essa vivacidade, quer seja pelo aparecimento de novos jornais, quer seja pelo tipo de conteúdos (caricaturas, *cartoons*, fotomontagens) e linguagem.

Mas, se existe uma radical transformação ao nível das imagens animadas, o mesmo não se aplica totalmente, segundo os articulistas, aos traços idiossincráticos da população. A avaliar pelos relatos, muda, efetivamente, o ânimo reservado. As pessoas entregam-se à voragem da comunicação. Já não se fala em melancolia, é certo; antes em calma, temperamento brando, comportamento civilizado, traços que rapidamente são reconhecidos aos portugueses pela forma como esses vivem determinadas conjunturas consideradas dramáticas ou que podem suscitar surtos incontroláveis de excitação. Existe, deste modo, uma certa continuidade do ponto de vista do temperamento da população, provavelmente com outras terminologias. No lugar da melancolia, passam a circular vocábulos como serenidade, contenção, calma, prudência.

2.3 O itinerário político *inimigo* e os militares da revolução

O enquadramento transmitido ao leitor italiano oscila, durante alguns meses, entre o perigo de Portugal abraçar, por um lado, uma democracia popular ao estilo soviético ou checoslovaco, e, por outro, um regime militar de democracia direta. A convicção nessas análises parte, sobretudo, dos articulistas que observam a revolução a partir das redações italianas, não respeitando tanto à leitura dos enviados especiais que, *in loco*, privam com as personagens das suas próprias narrativas. A mesma lógica aplica-se aos

paralelismos históricos. Por diversas ocasiões afirma-se que o país pode deixar a Europa como uma caravela à deriva em direção às águas perigosas de Cuba, do Panamá ou do Peru, que se encontra mergulhado num dogmatismo próximo de Lin Biao na China e de Castro em Cuba.

As analogias mais elaboradas versam, no entanto, sobre a estratégia de Cunhal e do MFA. O editorial de Aldo Rizzo (*La Stampa*, 18/07/1975: 1), em julho de 1975, refere que, por algumas passagens, “chega a ser impressionante a similitude entre os acontecimentos de Lisboa e aqueles russos depois do outubro de Lenine e Trotsky”. O editorialista começa por demonstrar que, tal como Lenine depois da revolução, o MFA convoca eleições: os bolcheviques solicitaram-nas diversas vezes quando estavam na oposição, contra Kerensky, para depois as esquecerem quando no poder; os militares “vermelhos” de Lisboa proclamaram-nas com demasiada solenidade para não respeitar o empenho. Depois – continua Rizzo –, como Lenine em 1917, o MFA fica desiludido com a resposta das urnas, que dá a maioria aos socialistas e aos social-democratas, como em 1917 deu aos socialistas revolucionários, adversários dos bolcheviques. O epílogo desemboca na Assembleia Constituinte: tal como Lenine contrapôs o poder real dos soviets ao poder formal da Assembleia Constituinte, os militares de Lisboa opõem os organismos de base ao poder constituinte.

O limite deste discurso, reconhece Aldo Rizzo (*La Stampa*, 18/07/1975: 1), reside no facto de que Portugal não é conduzido por um partido político revolucionário, mas antes por uma casta de militares, ainda que de esquerda. Mas esse partido revolucionário até existe para os articulistas italianos, sendo conduzido por Álvaro Cunhal. O PCP e o seu líder são conotados, até à formação do VI Governo Provisório, como a força que secunda a estratégia leninista do MFA, sendo mesmo Cunhal apontado como seu inspirador. O líder do PCP é considerado uma personagem que segue escrupulosamente os clássicos leninistas sobre a tomada de poder, ou, por outras palavras, que usa os quartéis enquanto instrumento de um neoleninismo de assalto ao poder. No reino dos paralelismos, tal como os bolcheviques, os cunhalistas encontram-se em minoria.

Outro dos aspetos interessantes da cobertura jornalística sobre a Revolução de Abril radica na construção das personagens, designadamente das principais figuras oriundas da sociedade militar: Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho, Melo Antunes e Pinheiro de Azevedo. Se os cenários mais pessimistas a respeito do curso político de Lisboa são avançados pelos jornalistas que observam a revolução a partir das redações italianas, já o processo de definição de características físicas e psicológicas pertence, maioritariamente, aos enviados especiais.

O general Costa Gomes começa por ser considerado um aliado de Spínola, o homem que trabalha para neutralizar o MFA e o reconduzir à lógica das hierarquias. Definido como liberal, dissemina-se a ideia de que não foi absorvido pelas influências dos movimentos independentistas africanos. O mesmo é dizer que nunca deixou de acreditar na obra civilizadora da pátria lusitana em territórios ultramarinos. Afirma-se que Costa Gomes subiu ao carro da revolução no último momento, dando aos oficiais subalternos a caução de que necessitavam.

Mas é no cargo de Presidente da República que a sua ação convoca as características psicológicas mais sugestivas, como o general astuto, hesitante, enigmático, prudente até ao último momento e com insólitos silêncios – uma personagem que alimenta segredos escondidos atrás dos óculos de lentes fumadas. Durante os períodos mais críticos é vislumbrado como uma figura ambivalente, suscitando enormes dificuldades

de interpretação à *tribo jornalística* (Traquina, 2004). É conotado, por vezes, com a imparcialidade e o imobilismo excessivos, além do respeito que colhe na opinião pública e da reconhecida capacidade para gerir sensibilidades antagónicas. No final, impera a ideia de um militar que, ao contrário de outros, não esconde o valor do primeiro ato eleitoral livre depois de 48 anos de ditadura. No papel de chefe da corporação militar, é-lhe reconhecido o mérito de evitar que umas Forças Armadas divididas se transformem em fações determinadas a confrontarem-se com armas na mão.

O perfil de Vasco Gonçalves também evolui em função da sua atuação política. Aquando da nomeação para o II Governo Provisório, é descrito como o “soldado desconhecido”, um dos cérebros da conspiração de 25 de Abril, uma mente brilhante e um dos oficiais mais respeitáveis do MFA. Sobre a sua figura recaem observações que o qualificam como um homem de nervos de aço e de ideias claras, alto, curvo, com uma face melancólica pontuada por rugas profundas. Uma personagem apaixonante, fiel às ideias e aos amigos. O homem que, como o MFA, vence o dramático braço de ferro com António de Spínola. Volvidos os primeiros contactos e as primeiras entrevistas com os jornalistas italianos, emerge a imagem de um intelectual empenhado, mais do que um militar revolucionário, cujos argumentos são suportados por vasta bibliografia. Um militar que parece conhecer de forma singular a realidade do país, denotando clareza de programas e certezas quanto à necessidade de tomar decisões.

A fotografia final de Vasco Gonçalves fica, porém, associada ao acelerar do Processo Revolucionário Em Curso e ao enquadramento que esse “guinar à esquerda” suscita em largos setores da imprensa italiana e ocidental. Surgem então as referências à sua eventual filiação no PCP, acompanhadas de análises que consideram Gonçalves filocomunista, e que relatam as suspeitas de preferir o partido de Cunhal em detrimento da casta militar. O coronel, que havia militado durante anos na oposição clandestina, é conotado com o socialismo dos modelos clássicos da Europa oriental e visto como um *compagne de route* do PCP. Depois, no momento conturbado do *Verão Quente*, no pico das lutas políticas e dos jogos de poder, impera a ideia de um homem atormentado. O cavaleiro solitário que representa, aos olhos dos revolucionários, os erros da revolução, e, na ótica da população hostil, uma figura não muito distante de um Cunhal fardado, mas sem um partido na retaguarda. As narrativas enfatizam, deste modo, o rosto marcado pelo cansaço, incapaz de compreender os limites da função desempenhada e os riscos que faz correr o país.

A avaliar pela diversidade e pela profusão de observações, Otelo Saraiva de Carvalho é, sem dúvida, a figura que mais lentes mediáticas atrai. Quando irrompe no jogo político, rapidamente fica conhecido como o militar loquaz, feroso, contraditório, extrovertido, o mais rumoroso, impetuoso e emotivo da revolução, um *showman* dotado de talento natural para o contacto com as pessoas. Em suma: a personagem mais popular do MFA. Bernardo Valli (*Corriere della Sera*, 16/03/1975: 1-2) apelida-o “Fouché intemperante” e não resiste ao seu percurso pessoal. Refere que o pai o batizou Otelo em homenagem a Shakespeare, tendo o militar cultivado, enquanto jovem, o gosto pela encenação (*Corriere della Sera*, 10/09/1975: 4).

Diversos elementos contribuem para cimentar a imagem do general que cultiva a popularidade com atenção, como o cabelo grisalho, o sorriso largo e cativante, a linguagem crua, as botas altas, o casaco de couro, a farda camuflada de combate, as mãos sobre as ancas, as sentenças ruidosas – como aquela dirigida ao embaixador

americano Frank Carlucci –, os espetaculares voos de helicóptero ou o capacete vermelho de comando. A partir do contacto mais próximo constrói-se uma figura que cita Lenine, que confia aos jornalistas ter levado a cabo longas reflexões sobre os movimentos de libertação africanos, principalmente sobre o PAIGC, e que denota necessidade de falar de tudo e sempre. Segundo Sandro Viola (*La Stampa*, 29/04/1975: 1), esse fluxo verbal remete para alguns elementos de fácil perceção: o impulso populista no contacto permanente com as massas, determinadas fragilidades psicológicas e culturais e a inevitável vanidade de se achar, rapidamente, os olhos do mundo.

Definido como um militar de grandes ambições em vez de um homem de ideais, afirma-se que a história de Otelo é a história da revolução: Otelo acaba na prisão e a revolução conhece o epílogo (*La Stampa*, 21/01/1976: 17). Nunca é vislumbrado como um líder; antes como uma personagem, o herói popular e o teatral intérprete do oficial revolucionário. É o homem da aliança entre os militares e o povo, sem concessões aos partidos políticos, que, no final, perde com o infantilismo político e a estratégia errada de procurar municiar a rebelião dos extremismos. São os mesmos extremismos que transformam Lisboa no laboratório de uma teoria sobre a transição para a democracia. São aqueles impulsos apaixonados que causam incómodo à imprensa ocidental.

Nos antípodas da áurea ruidosa de Otelo, encontra-se, segundo os articulistas, Melo Antunes, definido como o ideólogo do MFA, o intelectual mais preparado. Um militar de esquerda, moderado, terceiro-mundista, preconizador de um socialismo adaptado à realidade portuguesa, sensível à capacidade de mobilização do PS mas por várias vezes considerado hostil ao líder, Mário Soares. Sobre Melo Antunes cristaliza-se a ideia de não ser capaz de se impor como líder político.

Pinheiro de Azevedo é, por sua vez, descrito como um gonçalvista, uma vez que o seu ramo, a Marinha, é definido, maioritariamente, como filocomunista. Escreve-se que é um dos oficiais menos exuberantes da revolução: modesto, taciturno, e nunca se distinguindo pelas escolhas ideológicas, mas sim pelo apoio com que secunda os mais diretos colaboradores, pela amizade e pelo espírito de cooperação. A sua atuação política esconjura, no entanto, aos olhos da imprensa italiana, as afinidades com a ala de Vasco Gonçalves, sendo-lhe atribuídas fidelidade à Aliança Atlântica e vontade de encetar um novo rumo político com base na vontade popular expressa por altura das eleições para a Assembleia Constituinte.

3. A influência do património ideológico-cultural dos jornalistas

A cobertura jornalística da Revolução de Abril revela e enfatiza, de forma inequívoca, a componente construcionista intrinsecamente associada ao jornalismo. A informação noticiosa é sempre uma construção social, que depende de fatores como os sentidos manifestados pela dinâmica dos eventos, os constrangimentos do sistema organizacional, os discursos e as crenças que orientam a produção de conteúdos, as rotinas profissionais que influenciam o trabalho jornalístico, a natureza das fontes de informação ou os critérios noticiosos dos jornalistas (Benetti, 2007; Traquina, 2002; Zelizer, 1993-2000; Bourdieu, 1998). A soma e conjugação destes fatores, ou a predominância de um ou outro, determinam o sentido do conhecimento produzido.

Partindo do princípio de que o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade no âmbito de um processo de interação entre o jornalista e o mundo social que o rodeia e a sua rede cultural de significados (Livolsi, 2001), verifica-se que os articulistas italianos se comportam como uma *comunidade interpretativa* (Zelizer, 2004), unida por um discurso partilhado (italiano, europeu, ocidental) e por interpretações coletivas dos acontecimentos portugueses. O modo de relacionamento com o *Outro* (português, europeu, ocidental) é o elemento que representa e enforma esse discurso partilhado, apoiado num vocabulário, em doutrinas e em imagens, e recorrendo a observações críticas, construtivas ou pejorativas, elogiando, esclarecendo, caricaturando, desqualificando e atribuindo características.

Essa forma de depositar no *Outro* categorias, definições e significados permite exprimir a identidade e o sistema de valores das instâncias de enunciação. Existe todo um património cultural e ideológico, circulante nos textos e vocacionado para estabelecer distâncias ou proximidades entre a identidade enunciativa e as personagens com quem interage. Veja-se, por exemplo, a forma como as referências culturais e as categorias de Aldo Rizzo (*La Stampa*, 19/02/1976: 3) se manifestam na seguinte passagem:

O famoso endereço do comunismo português, rua António Serpa 26, olho do ciclone da revolução, apresenta uma entrada humilde, salas frias e pobres, num bairro chamado 'Campo Pequeno'. Falta, não digo a grandiosidade da Botteghe Oscure, que está num outro contexto, mas o estilo burocrático de uma federação regional do PCI. Não sei que relações possam existir, para um partido, entre a sua sede e a sua linha política: mas a rua António Serpa é como se fosse uma. Portanto, pequeno partido, partido pobre, nenhuma concessão, nem mesmo a menos dispendiosa, ao conforto dos seus funcionários; depois, também, partido duro, numa emergência permanente.

Esse modo de relacionamento desemboca, como se referiu, numa espécie de autoridade democrática, que não deve ser encarada como um truísmo ou algo singular, inacessível ou praticado por poucos. É antes um elemento que regula não poucos espaços simbólicos da esfera pública, com natural influência na forma como os indivíduos se observam e constroem os seus esquemas mentais. O mapeamento dessa autoridade democrática processa-se através dos atos de linguagem reveladores do envolvimento dos jornalistas no domínio da realidade representada – logo construída – e reportada, bem como da relação de afinidade que se estabelece entre peças jornalísticas de diferentes autores.

No âmbito da grelha de leitura veiculada para o leitor italiano, cumpre salientar dois aspetos que balizam esse enquadramento: a) os esquemas ou as categorias pré-estabelecidas do passado; b) e a necessidade de resolver contradições no contexto do relacionamento com o *Outro*. Não é fácil resistir ao fascínio das analogias e dos paralelismos históricos, na medida em que essas categorias se transformam em chaves de leitura apetecíveis e orientadas para resolver situações novas ou desconhecidas. O processo que induz à utilização do passado para explicar o presente ou o futuro não constitui, no entanto, um exercício adequado para interpretar realidades históricas, específicas, que não se repetem, como foi o caso da Revolução de Abril. Por isso Sandro Viola (*La Stampa*, 24/04/1975: 17) diz que a revolução é um elemento dinâmico, difícil de perceber, ao passo que Sandro Osmani (*Il Messaggero*, 18/03/1975: 16) afirma que a conjuntura portuguesa é decisivamente anómala caso se adote o ponto de vista tradicional.

Mesmo procurando, amiúde, perscrutar as razões e os motivos de um determinado acontecimento ou de uma dada personagem, a imprensa italiana – sobretudo aqueles profissionais que não privam com os atores e os cenários portugueses – legitima o seu enquadramento sobre a *questão portuguesa* com base em esquemas interpretativos ancorados no pretérito. Esse tipo de procedimento favorece a exposição do leitor italiano diante de narrativas com maior carga ideológica ou propagandística. São narrativas conotadas com o edifício discursivo ocidental, europeu, democrático e pluralista, em permanente contenda com outros edifícios discursivos oponentes, como o de Leste, afeto às democracias populares de matriz soviética, ou aquele terceiro-mundista das democracias diretas. Nunca é demais recordar que as palavras, o principal instrumento de trabalho dos profissionais em apreço, definem, descrevem e estabelecem aquilo que acontece.

Sobre o período de transição para a democracia em Portugal é possível individualizar três categorias. A primeira consiste no esquema chileno, que remete para o perigo reacionário da direita conservadora militar, ameaça genericamente materializada na figura do general Pinochet. Essa analogia beneficia de certas semelhanças entre os dois países, por exemplo no que respeita ao clima de anarquia, caos social e sabotagem económica. Mas tudo o resto afigura-se diferente, a começar pelos instrumentos de luta à disposição dos trabalhadores portugueses e chilenos.

A segunda categoria corresponde à imagem da “Cuba europeia”, no sentido em que, caso se concretizasse a implementação de um regime militar marxista, Portugal seria, depois de Cuba, o segundo enclave comunista no espaço ocidental. E o primeiro no coração vital da segurança europeia.

A terceira reside na forma de analisar Álvaro Cunhal e o PCP. Tanto um como outro são sempre avaliados em função dos partidos e dos líderes comunistas espanhol, francês e, sobretudo, italiano. A maneira de fazer política, as conceções doutrinárias, a estratégia do partido, as relações internacionais, enfim, tudo em Álvaro Cunhal e no PCP é ajuizado a partir das experiências dos outros três partidos comunistas ocidentais e do novo fôlego que esses representam através da fórmula do eurocomunismo.

Desse permanente conflito entre a realidade objetiva do PCP e aquela que o partido, segundo o olhar externo, deve perseguir – a estrada do revisionismo –, decorre o segundo aspeto que influencia a cobertura jornalística italiana: a necessidade de resolver embaraços ou contradições no contexto do relacionamento com o *Outro*. Isto é, a presença do PCP nos governos provisórios constitui um perigoso precedente para a segurança ocidental. Por isso se fala tanto na *teoria da vacina*, de Kissinger. Para agravar a situação, também em Itália o partido de Enrico Berlinguer, muito próximo de vencer as eleições no biénio 1975-1976, se arrisca a subir legitimamente ao poder através do voto democrático ou por intermédio do projeto do *compromisso histórico*. Claro que esta contrariedade é muito mais sentida pelos Estados Unidos, os arautos e os líderes da defesa ocidental, do que pelos parceiros da Aliança Atlântica. Mas não deixa de ser um dado objetivo.

Como resolver a contradição de vislumbrar um perigo gravíssimo na chegada do PCP ao poder e, por outro lado, considerar menos nocivo, ainda que intolerável, o PCI alcançar o mesmo desígnio? Os articulistas, mesmo aqueles frontalmente hostis a qualquer tipo de comunismo, como Alberto Ronchey e Arrigo Levi, recusam sempre as analogias entre o PCP e o PCI, com a justificação de que este último se encontra solidamente inserido no contexto democrático, sensibilizado, concordante com as suas regras e com um

percurso teórico reformista. O PCP, segundo o observador externo, não passa de um clone soviético que suscita apreensão, com o qual é difícil dialogar se se pretender utilizar o vocabulário das democracias ocidentais. Apesar das muitas dúvidas e das desconfianças ainda existentes a respeito da *praxis* e da cultura política dos comunistas italianos, basta, porém, fazer a distinção entre um PCI democrático e um PCP refratário a tais concepções para o problema não se colocar de igual forma em relação ao partido que colocou em marcha o eurocomunismo e àquele que continua cristalizado na ortodoxia de Moscovo. Eis, portanto, a forma de desbloquear a contradição.

Conclusão

Os jornais analisados tratam a revolução portuguesa como um acontecimento excepcional, quer no momento da queda do Estado Novo, quer nos períodos subsequentes. A relevante exposição pública desta fase de transição para a democracia revela-se, também, através do envio de reputados jornalistas para o teatro de ação e da inserção na *rede de captura* de correspondentes distribuídos por vários países.

O vocabulário utilizado, os cenários recriados e as personagens invocadas denotam que os enviados especiais e os demais articulistas não ficam indiferentes à constituinte popular em marcha que se enforma a partir de 26 de abril de 1974. Empregam no relato jornalístico expressões tipicamente italianas, como *compromisso histórico*, para aludir a uma possível aliança entre PS e PCP, *estratégia da tensão*, referente às eventuais iniciativas desestabilizadoras das forças conservadoras, ou *aventino*, para mencionar a dificuldade dos socialistas em voltarem ao governo depois de o terem abandonado.

Quanto ao campo das personagens, verifica-se a transferência de atributos negativos e de alguma forma pitorescos para figuras como António de Spínola, Otelo Saraiva de Carvalho, Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves. Se o primeiro é vislumbrado como preconizador de uma democracia musculada, já os restantes ficam associados à tentativa de conduzir o país para uma ditadura de esquerda. O abismo do regime militar marxista, da democracia popular ou da democracia direta é, como se viu, uma ideia mais vincada pelos articulistas que acompanham os acontecimentos somente a partir das redações italianas.

O fotograma final de Pinheiro de Azevedo, Francisco da Costa Gomes e Melo Antunes remete para uma conotação positiva, ainda que perturbada, em determinados períodos, pela dificuldade em compreender a sua ação política, ou quando muito por não corresponder às expectativas dos enunciadores. Essa imagem legitima-se pelo facto de terem desempenhado um papel construtivo – nalguns casos decisivo – em momentos nevrálgicos da revolução, contribuindo para alterar ou coadjuvar as relações de força no âmbito da estrutura militar.

Mário Soares é, claramente, a figura sobre a qual incidem as melhores impressões, o ator político que sugere uma identificação positiva aos enunciadores. Considera-se o mais respeitável defensor do sistema democrático de tipo ocidental (*Il Messaggero*, 28/04/1975: 17). Por se bater com grande coragem e visão política, merece o consenso e a admiração de todos os democratas europeus. É a garantia europeia (*Corriere della Sera*, 21/03/, 1975: 1-2). Os triunfos do PS correspondem, também, às vitórias da imprensa italiana, como nas eleições de 25 de abril ou na mobilização para a imponente manifestação de Lisboa, em julho, na Alameda.

Quando se procura perscrutar a caracterização dos cenários no âmbito de dois tempos distintos, antes e depois do 25 de Abril, facilmente é possível inventariar as diferenças descritas pelos jornais analisados. A Revolução de Abril apresenta ambientes modelados por movimento, alegria, reivindicações, tensão, conflitualidade desvelada, anarquia. São aspetos pouco condizentes com o tempo anterior, daquele país fechado sobre si mesmo. Era o tal medievo na era atómica, repleto de cidades onde o passado constituía o presente. Um país em versão convento de clausura, dominado por melancolia e decadentismo, sem palavras nem cores.

BIBLIOGRAFIA

- Benetti, M. (2007). Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: Lago, C. e Benetti, M. (ed.). *Metodologias de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes: 107-122.
- Bourdieu, P. (1998). *On television*. New York: The New Press.
- Camilo, E. J. M. (2004). *O cartaz partidário em Portugal: 1974-1975*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Chaparro, M. C. (1994). *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus.
- Foucault, M. (2005 [1969]). *Arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- _____ (1997 [1971]). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Galtung, J. e Ruge, M. (1965). The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspaper. *Journal of Peace Research*, 2 (1): 64-90.
- Luís, R. (2015). Spain and the Portuguese revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press. Tese de Doutoramento, Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- Livolsi, M. (2001). *Manuale di sociologia della comunicazione*. Roma: Laterza.
- Marx, K. (1852/[1853-1975]). *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra: Centelha.
- Mesquita, M.; Rebelo, J. (1994). *O 25 de Abril nos média internacionais*. Porto: Afrontamento.
- Maxwell, K. (1983). *The press and the rebirth of iberian democracy*. Westport, Greenwood Press.
- Rodrigues, G. (2007). La révolution des oeillettes au Portugal vue par la presse française. *Revue de la Bibliothèque Nationale de France*, n.º 25: 45-52.
- Silva, C. L. (2012). A Revolução de Abril na imprensa brasileira. In Varela, R. (ed.). *Revolução ou transição? História e memória da revolução dos cravos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Said, E. W. (1979). *Orientalism*. London: Penguin Books.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- _____ (2004). *A tribo jornalística. Uma comunidade transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias.
-

van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, notícia e ideologia. estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.

Vieira, J., Mónico, R. (2014). *Nas bocas do mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta da China.

Zelizer, B. (2000). Os Jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Revista Comunicação & Linguagens*, 27: 33-61.

_____ (2004). *Taking journalism seriously*. California: Sage Publications.

Wolf, M. (2001). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Publicações periódicas

Aldo Rizzo “Le sinistre alla prova”, *La Stampa*, 18/07/1975: 1.

_____ “Come un’isola stalinista”, *La Stampa*, 19/02/1976: 3.

Bernardo Valli “Continua in Portogallo l’ondata degli espropri”, *Corriere della Sera*, 16/03/1975: 1-2.

_____ “Essere militari oggi a Lisbona”, *Corriere della Sera*, 16/03/1975: 3.

_____ “Aspra polemica a Lisbona fra comunisti e socialisti”, *Corriere della Sera*, 21/03/1975: 1-2.

_____ “Dietro la rivoluzione di Lisbona”, *Corriere della Sera*, 25/03/1975: 3.

_____ “I nuove ufficiali ribelli di Lisbona sospesi dal consiglio della rivoluzione”, *Corriere della Sera*, 10/09/1975: 4.

Mimmo Candido, “Fine di un personaggio”, *La Stampa*, 21/01/1976: 17.

Paolo Bugialli “Superata ormai a Lisbona la fase più acuta della crisi”, *Corriere della Sera*, 20/03/1974: 19.

_____ “I portoghesi ebbri di libertà celebrano la Festa del Lavoro”, *Corriere della Sera*, 03/05/1975: 22.

Roberto Tralli “Rivolta fallita contro Caetano”, *La Stampa*, 17/03/1974: 1-2.

Sandro Viola “Il sonno del Portogallo”, *La Stampa*, 27/03/1974: 16.

_____ “Domani i portoghesi ‘riscoprono’ il voto”, *La Stampa*, 24/04/1975: 17.

_____ “Socialisti, militari, pc – Chi sarà il più forte”, *La Stampa*, 29/04/1975: 1.

Sandro Osmani “Si preparano nuove riforme”, *Il Messaggero*, 18/03/1975: 16.

_____ “Nessuna modifica al governo”, *Il Messaggero*, 28/04/1975: 17.

NOTAS

1. O estudo de Rita Luís (2015) sobre a cobertura jornalística da imprensa espanhola norteia-se por idêntico objetivo.

2. Este trabalho constitui um fragmento da tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em março de 2015, intitulada “Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)”. A investigação, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, decorreu entre 2009 e 2013, no Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Estudos de Milão.

RESUMOS

Este artigo estuda a forma como a imprensa de *referência* italiana reportou a Revolução de Abril, analisando a construção de cenários da narrativa jornalística, as características atribuídas às personagens, os paralelismos históricos e a influência do património ideológico-cultural dos jornalistas no âmbito do enquadramento disseminado. A partir do estudo de caso focado nos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*, conclui-se que os jornalistas italianos se envolveram no enredo da história, abordando a Revolução de Abril como um acontecimento excepcional.

This article aims to study the way Italian quality press reported the April Revolution, analysing the construction of scenarios of the journalistic narrative, the characteristics attributed to the characters, the historical parallels and the influence of ideological and cultural heritage of journalists in the field of disseminated framing. From the case-study focused on *Corriere della Sera*, *La Stampa* and *Il Messaggero* newspapers, I concluded that the Italian journalists were involved in the history's plot, addressing the April Revolution as an exceptional event.

ÍNDICE

Keywords: italian press, april revolution, characters, scenarios, historical parallels

Palavras-chave: imprensa italiana, revolução de abril, personagens, cenários, paralelismos históricos

AUTOR

MARCO GOMES

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Morada para correspondência:

Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

Rua Filipe Simões, nº 33

3000-186 Coimbra

gomes_marco78@hotmail.com